Quarta-Feira, 25 de Novembro de 2026

Credores fazem contraproposta de R$ 30 milhões pela venda da Santa Casa de Cuiabá

Deu no Gazeta digital

Redação do rufandobombonews

Reportagem do site Gazeta Digital desta segunda-feira (16) informa que credores da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá solicitaram ao Governo de Mato Grosso que aumente de R$ 25 milhões para R$ 30 milhões a proposta de compra do imóvel do hospital. O pedido foi discutido em reunião realizada nesta segunda entre a Comissão de Credores, representantes da instituição e integrantes do Executivo estadual, mas terminou sem definição.

Diante da insatisfação com o valor apresentado pelo Estado, o grupo decidiu convocar uma nova assembleia após a análise do governo, ainda sem data marcada.

A unidade hospitalar está sendo levada a leilão judicial por conta do elevado passivo trabalhista acumulado pela antiga gestão da entidade filantrópica. O processo-piloto reúne cerca de 860 ações trabalhistas, com dívida consolidada estimada em aproximadamente R$ 48 milhões. O hospital está à venda desde o ano passado, mas até o momento não recebeu propostas capazes de cobrir o total do débito.

Segundo o advogado e membro da Comissão de Credores, Assis Souza Oliveira, a elevação da proposta seria fundamental para garantir o pagamento dos ex-funcionários da unidade.

“O objetivo da Comissão de Credores era pedir ao Estado que aumente a proposta em um valor que entendemos ser suficiente para pagar esses ex-trabalhadores. Hoje o crédito dos ex-empregados soma mais de R$ 41 milhões e, considerando o deságio concedido para o recebimento, entendemos que R$ 30 milhões seria um valor razoável para quitar essas dívidas”, afirmou.

O governador Mauro Mendes já declarou anteriormente que o Estado não pretende apresentar uma nova oferta caso a proposta atual seja rejeitada. Ainda assim, de acordo com a secretária-adjunta de Saúde, Kelluby de Oliveira, a contraproposta dos credores será analisada pelo governo.

A juíza do trabalho Eliane Xavier explicou que, caso não haja acordo entre as partes, o processo seguirá com os trâmites legais para o leilão do imóvel.

“Não havendo acordo, vamos continuar com as tratativas do leilão do imóvel para pagamento dessas dívidas. Precisamos avaliar se o valor ofertado é razoável e não se trata de um valor vil. Como se trata de um prédio tombado, União, Estado e Município têm preferência para cobrir eventual proposta”, destacou.

A proposta apresentada pelo Executivo prevê o pagamento de R$ 25 milhões à vista, com depósito em conta judicial vinculada ao processo que tramita no Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região.